



Índice

- 01** Índio é condenado a 24 anos de prisão por morte de taxista
- 02** Rio decide demolir escola e retirar índios de área do Maracanã
- 03** Índios xavantes estão saqueando caminhões em uma rodovia federal
- 04** Índios ameaçam e saqueiam gasolina de guarnição da Polícia Ambiental
- 05** Carta dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul ao Governo Federal
- 06** Cimi e liderança indígena denunciam morte no Vale do Javari por falta de atendimento
- 07** Saúde traça plano para prevenção de Aids na população indígena
- 08** Preso acusado de assaltar e estuprar estudante em Amambai
- 09** Lideranças negras e indígenas participam do lançamento do Plano Estadual para as Mulheres
- 10** "Se núcleo indígena não funciona, escolas também não funcionam", diz Associação
- 11** Com cânticos Guajajara e Xacriabá teve início o segundo dia do Seminário das Comunidades Tradicionais
- 12** Mulher indígena sofre aborto na calçada do Hospital de Sena
- 13** Ministra: punição exemplar para assassinato de índio de 15 anos

Índio é condenado a 24 anos de prisão por morte de taxista

SÍTIO G1, 26.02.2013

Defesa recorreu da sentença, e alega preconceito contra os índios. Ministério Público diz que a condenação foi justa.

Foto: Genival Moura



Sergio katukina é acusado de espancar taxista

Depois de 13 horas de julgamento, em Cruzeiro do Sul (AC), o índio Sergio Rosas Katukina, de 34 anos, foi condenado, na noite de segunda-feira (25), a 24 anos de prisão em regime fechado por homicídio qualificado, pela morte do taxista Sergio da Silva Vasconcelos. A decisão dos jurados surpreendeu a família e a defesa do acusado que pedia sua absolvição. Diante das provas apresentadas pelo Ministério Público, o corpo de jurados decidiu pela condenação do indígena.

O taxista morreu em dezembro do ano passado, depois de passar um ano em estado vegetativo após ser espancado pelo índio. O acusado confessou o crime e diz que agrediu o taxista porque ele teria 'passado a mão' em sua esposa.

A defesa do réu já recorreu da sentença. Armyson Lee, um dos advogados de defesa, alegou que os jurados não agiram de acordo com as provas que estavam nos autos do processo. "A decisão foi uma canetada de chumbo, o Sérgio Katukina não poderia ser julgado dessa forma. Ele apenas defendeu a honra da sua família e seu maior patrimônio, a esposa", explicou.

Na opinião do advogado, o fato do crime ter sido cometido por um indígena contribuiu para que o seu cliente fosse condenado. Ele afirma que se for necessário a defesa vai recorrer até o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O promotor de acusação, Washington Moreira disse a justiça foi feita e que o resultado da condenação do réu foi de acordo com lei. "Não houve nada de anormal, tudo foi feito dentro da lei e se existe alguém que foi prejudicado com tudo o que aconteceu foi a família da vítima", ponderou.

O juiz José Vagner, que presidiu o júri, explicou que diante das instruções das testemunhas de defesa do acusado, o resultado da sentença já era esperado. A família do taxista também comemorou a decisão.

CONT.



Entenda o caso

O taxista Sérgio Vasconcelos havia sido contratado por um grupo de índios da aldeia Katukina, localizada na BR 364, para fazer uma corrida, no dia 10 de dezembro de 2011. Segundo relatos dos próprios índios, o grupo e o taxista estavam ingerindo bebida alcoólica e ao chegar na terra indígena, apenas o Sergio Katukina permaneceu no veículo.

Momentos depois, o taxista foi encontrado caído às margens da rodovia com sinais de espancamento e foi conduzido ao Hospital do Juruá, em Cruzeiro do Sul. Na unidade de saúde, foi constatado que a vítima sofreu traumatismo craniano, tendo parte do crânio afundado.

Conduzido até a delegacia um mês depois, Sergio Katukina confessou que bateu no taxista com uma garrafa de cachaça que estava dentro do veículo, porque ele teria 'passado a mão' nas pernas de sua esposa.

Revoltado, o índio afirmou que desferiu um soco no taxista e passou a agredi-lo com garrafadas na cabeça e só largou a vítima depois que a esposa e a cunhada o afastaram.

Sérgio Vasconcelos ficou internado durante 31 dias na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), do Hospital do Juruá. A vítima recebeu alta mas permaneceu em estado vegetativo por um ano, vindo a morrer em dezembro de 2012. De acordo com os médicos que atenderam o paciente a morte ocorreu em decorrência da agressão.

Rio decide demolir escola e retirar índios de área do Maracanã

SÍTIO REDEBRASILATUAL, 26.02.2013

Edital de concessão confirma demolição da Escola Friedenreich e remoção da Aldeia Maracanã.

Rio de Janeiro – A bola ainda não rolou para a partida inaugural do novo Maracanã, mas o estádio carioca, que receberá jogos da Copa das Confederações em junho e da Copa do Mundo no ano que vem, já tem seus primeiros derrotados: os estudantes da Escola Municipal Friedenreich e os indígenas que ocupam há sete anos o terreno do antigo Museu do Índio e lá organizaram a Aldeia Maracanã. Publicado ontem (25) no Diário Oficial do Estado pelo governo do Rio de Janeiro, o edital de concessão, operação e manutenção do Maracanã prevê a demolição da escola. Após pressão da sociedade, o Museu do Índio será preservado, mas os indígenas serão retirados e o prédio abrigará o futuro Memorial Olímpico.



Após pressão da sociedade, o Museu do Índio será preservado, mas os indígenas serão retirados e o prédio abrigará o futuro Memorial Olímpico

A ferrenha oposição dos pais dos alunos e o fato de a Friedenreich ter sido considerada a quarta melhor escola do Rio segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não sensibilizaram o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes. O edital de concessão do Maracanã prevê que a escola seja demolida e reconstruída no terreno onde hoje já existe a Escola Municipal Orsina da Fonseca, no bairro da Tijuca e distante cerca de dois quilômetros do Maracanã.

Após a demolição da escola, de acordo com o edital, serão erguidas no local duas salas de aquecimento para as seleções que forem jogar no estádio durante a Copa do Mundo. As instalações, segundo o governo, servirão também em 2016, quando serão utilizadas por atletas que forem competir no Maracanãzinho.

Já se sabia desde janeiro que o prédio do antigo Museu do Índio, ainda objeto de disputa na Justiça entre os moradores da Aldeia Maracanã e o governo, não será mais demolido. A novidade do edital publicado ontem, que já havia sido antecipada por Cabral durante um evento do Comitê Olímpico Internacional (COI) na semana passada, é que o local não mais abrigará o Centro Cultural Indígena, como chegou a ser cogitado, nem algo parecido.

Após o restauro, o prédio abrigará o Memorial Olímpico: “A concessionária vencedora do edital do Maracanã será responsável pelo restauro, recuperação e preparo do prédio, e o memorial será administrado pelo Comitê Olímpico Brasileiro”, disse Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB.

CONT.



A sessão de licitação está marcada para 11 de abril, no Palácio Guanabara. Segundo o edital do governo, a empresa vencedora ficará também responsável por gerir o Maracanãzinho e as obras de adaptação do entorno do Complexo do Maracanã, o que inclui o prédio do Museu do Índio. Também estão confirmadas as demolições do Parque Aquático Júlio Delamare e do Estádio de Atletismo Célio de Barros, para desespero de nadadores e atletas brasileiros que ainda não têm novo abrigo definitivo para substituir os dois ícones do esporte no Rio, ambos considerados excelentes pontos para treinos e competições.



Índios xavantes estão saqueando caminhões em uma rodovia federal

SÍTIO G1, 26.02.2013

Motoristas dizem que quem se recusa a pagar pedágio, perde a carga. Saques começaram quando policiais apreenderam um carro roubado.

Os caminhões que trafegam pela BR 070 são obrigados a parar por causa dos galhos e troncos que os índios colocam sobre o asfalto. A rodovia que liga Mato Grosso a Goiás passa ao lado de várias aldeias xavantes. "Eles exigem a parada com arco e flecha ameaçando as pessoas. Inclusive alguns motoristas têm corrido do veículo dele para o meio do mato para não sofrer agressões físicas", diz Fabiano Jandrei, chefe de operações da Polícia Rodoviária Federal-MT.

De acordo com a polícia rodoviária, os índios exigem R\$ 50 de pedágio para liberar os caminhões. Os motoristas que se recusam a pagar são atacados. Fotos feitas pelos policiais mostram os xavantes retirando caixas de alimentos de um caminhão frigorífico. Os índios também aparecem levando todo o carregamento de óleo vegetal.

As carretas que se acidentam na rodovia também são saqueadas. Em outra foto, os índios aparecem ensacando o farelo de soja que caiu no acostamento. Eles também posam ao lado de um carregamento de botijões de gás.

O relatório com as provas da ação dos xavantes foi encaminhando para a Polícia Federal, que já abriu inquérito para investigar o caso. Os índios são acusados de extorsão, ameaça e furto.

"Não é aquele índio isolado. São índios que tem documentação. Muitos até dirigem veículo próprio, têm carteira de motorista. São índios que respondem normalmente pelos seus atos", afirma Renato Sayão, delegado da Polícia Federal-MT.

A onda de saques começou depois que os policiais apreenderam um carro roubado dirigido por um índio.

O coordenador regional da Funai, Rafael Oliveira, disse que a Polícia Florestal deve identificar os xavantes envolvidos e também, os que não são índios e que estão comprando as cargas saqueadas.

Segundo o coordenador, a Funai não pode intervir em crimes que acontecem fora da área indígena. Mas vem tentando conscientizar os xavantes sobre a gravidade desse tipo de conduta.

Índios ameaçam e saqueiam gasolina de guarnição da Polícia Ambiental

SÍTIO CIRCUITOMT, 26.02.2013



Policiais ambientais que realizavam patrulha fluvial pelo Rio Vermelho, trajeto Jarudore – Rondonópolis, na tarde desta segunda-feira (25) foram intimidados por índios ao passarem por uma área indígena.

Os nativos tomaram cerca de 3 litros de gasolina dos agentes, que ainda foram ameaçados de “levar tiro na cara” por conta de uma canoa.

De acordo com o boletim de ocorrência, a guarnição que fazia o patrulhamento de praxe foi primeiramente abordada por dois índios em outra canoa que exigiram pela gasolina dos patrulheiros. Os mesmos teriam apontado aos policiais ambientais que próximo dali, havia duas canoas de ‘brancos’ ao léu.

Os patrulheiros se dirigiram ao local que já não ficava em área indígena e constataram o fato. As canoas foram prendidas no barco da guarnição e estavam sendo puxadas, quando em certo ponto foram abordados por um outro índio, que alegou que as canoas seriam dele. Muito exaltado, ameaçou os agentes ambientais de que iria “dar tiro na cara de branco” e que não tinha medo deles.

Sem confronto, os policiais ambientais entregaram as canoas para o índio. Logo após foi sabido que os barcos não eram do índio e sim dos pescadores de nomes Daniel e Joel. O caso foi registrado no Centro Integrado de Segurança e Cidadania (Cisc).

Carta dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul ao Governo Federal

SÍTIO CIMI, 26.02.2013

Nós, representantes dos povos indígenas, caciques e lideranças Guarani Ñandeva, Guarani Kaiowá, Terena e Kadiwéu, representantes do Conselho do Povo Terena, Conselho do Aty Guasu, do Conselho Continental da Nação Guarani (CCNG), Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) reunidos em Campo Grande, vimos a público exigir que o Governo Federal interceda imediatamente de maneira enérgica com um plano de segurança para os povos indígenas no Mato Grosso do Sul.

No último período, as comunidades indígenas da região sofreram ataques inaceitáveis. Os Kadiwéu, cuja terra indígena foi demarcada há mais de 100 anos e homologada há quase 30, tem ao menos 23 fazendas incidindo sobre seu território. No segundo semestre do ano passado, a Polícia Federal realizou reintegrações de posse na área em função de uma liminar da Justiça Federal concedida a fazendeiros. Neste contexto, ameaças e ataques de pistoleiros contra lideranças indígenas foram e são recorrentes.



Em janeiro, famílias Terena da terra indígena Buriti, com 17 mil hectares declarados como território tradicional indígena em 2010 pelo Ministério da Justiça, mas apenas 2 mil ocupados, sofreram ataques de jagunços de fazendeiros. Os conflitos advêm da morosidade do Estado em promover a demarcação física dos limites da terra e os sucessivos passos para a homologação do território.

CONT.



As violências constantes contra os povos Guarani e Kaiowá revelam na dor do nosso povo a incapacidade do governo de demarcar nossas terras e de proteger nossas comunidades. Somente esse ano foram contabilizados ao menos 10 ataques de pistoleiros e fazendeiros contra acampamentos indígenas, culminando na execução do jovem Kaiowá Denilson Barbosa, de 15 anos, do tekoha Tey'ikue, em Caarapó, cujo assassino é o confesso proprietário de uma fazenda vizinha à aldeia.

Além da perseguição de fazendeiros, seguranças e jagunços, também sofremos quando há envolvimento da polícia civil e militar – via de regra comprometida com o latifúndio. Também sofremos o descaso e a difamação nos veículos da grande imprensa local que está a serviço dos fazendeiros e do agronegócio no Mato Grosso do Sul. Estamos cercados, em todos os sentidos.

Exigimos que todos os casos relacionados a direitos indígenas sejam tratados, investigados e julgados pela Justiça Federal e Polícia Federal. Exigimos que o Governo Federal garanta a segurança plena de nossas comunidades indígenas em situação de conflito devido a luta por seus direitos constitucionais.

Denunciamos, também, o comportamento declaradamente anti-indígena e preconceituoso dos delegados da Polícia Federal de Dourados Chang Fan e Fernando José Parizoto. Após o assassinato de Denilson e os sucessivos ataques de fazendeiros sofridos pela comunidade do Tey'ikue, lideranças Guarani e Kaiowá foram a Dourados discutir um planejamento emergencial de segurança para a comunidade com a PF. Na presença da Fundação Nacional do Índio, o delegado Fernando Parizoto, de forma arrogante e autoritária, negou aos indígenas o auxílio da Polícia, retrucando que os equivocados nessa história eram os próprios Guarani e Kaiowá que, segundo ele, haviam invadido propriedade privada e seriam investigados por isso. Por termos mais represálias, perseguições e ambos não terem sensibilidade e clareza para lidar com a questão indígena, exigimos que o Governo Federal os afaste do cargo.

A tudo isso, somam-se os ataques anteriores e toda a violência a qual fomos historicamente submetidos e que resultaram em mortes, empobrecimentos, perda de território e de identidade – quadros que são reforçados quando, na prática, governos ignoram nossas demandas.

Por fim, não nos resta outra alternativa a não ser reafirmar a carta de Pyelito Kue. Estamos preparados para morrer em nossas terras. Não vamos desistir nunca. Vamos retoma-lás uma a uma, fazendo nossa autodemarcação. Basta de impunidade, de fazendeiros assassinos andando à luz do dia, enquanto na terra se abre mais uma cova, que destruiu os sonhos de mais um jovem indígena.

Num contexto em que as comunidades e lideranças ameaçadas, mesmo as que estão sob proteção de programas de governo, não tem segurança; em que todos os nossos assassinos e expropriadores continuam impunes; em que não temos acesso à água, comida, saúde, escola e terra; nós exigimos Justiça. Nossos filhos não podem sofrer como nós já sofremos.

Campo Grande, 25 de fevereiro de 2013

Cimi e liderança indígena denunciam morte no Vale do Javari por falta de atendimento

SÍTIO ACRÍTICA, 26.02.2013

Indígena doente não teria sido removido em tempo hábil por falta de embarcação; Dsei/Vale do Javari rebate a denúncia.

Foto: Ney Mendes



Mortes foram confirmadas pela nova chefe do Dsei/Vale do Javari

Um indígena da etnia da região do Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte (a 1.138 quilômetros de Manaus) morreu por nesta segunda-feira (25) por falta de atendimento, segundo informações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do presidente da Organização Geral dos Mayoruna (OGM), Vítor Mayoruna.El

Sebastião Mayoruna, cuja idade foi estimada em 60 anos (embora haja a versão de que ele teria mais de 70) morava na aldeia Fruta Pão. Nesta terça-feira (26), a assessoria de imprensa do CIMI em Manaus divulgou a morte, afirmando que o caso "o estado precário em que vive o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Atalaia do Norte".

De acordo com divulgações do CIMI, moradores da aldeia Fruta Pão chegaram a pedir a remoção do indígena doente, mas uma enfermeira identificada como Rose teria dito que o Dsei de Atalaia do Norte estava sem combustível para a embarcação.

"Na última sexta-feira, 22/02, o técnico de enfermagem que estava na aldeia Fruta Pão entrou em contato com o Dsei em Atalaia do Norte por radiofonia e solicitou a remoção do indígena. A resposta dada pela funcionária responsável, naquela ocasião, foi de que ele deveria permanecer em tratamento na aldeia porque os barcos estavam quebrados e não havia combustível", diz trecho do relato enviado pela assessoria do CIMI.

CONT.



Segundo o CIMI, com base em relato de Vítor Mayoruna, dentre o que ficaram sem atendimento estava o filho do cacique Chico Preto, da Aldeia Lago Grande. A criança apresentava vômito e diarreia e estava bastante debilitada.

A reportagem do portal acritica.com ligou para Vítor Mayoruna, que confirmou a informação do CIMI. Segundo Vítor, a notícia da doença de Sebastião foi divulgada na semana passada por meio de radiofonia. Conforme Vítor, a remoção não ocorreu com a alegação de que não havia barco para o deslocamento do doente. Ele relatou também o caso de uma criança que “estava doente” que não recebeu atendimento por falta de atendimento.

Procurado pelo portal, o coordenador do Dsei do Vale do Javari, Heródoto Jean Sales, confirmou a morte mas negou que o pedido de remoção tenha ocorrido.

Sales disse que foi informado nesta terça-feira que o indígena tinha “mais de 70 anos” e que este morreu de falência múltipla dos órgãos. “O enfermeiro de lá disse que não foi pedida remoção alguma”, disse.

Indagado se o Dsei/Vale do Javari tinha problemas nas estruturas, como falta de combustível ou barco quebrado, ele também negou. “Nesses seis meses que estou no distrito esse é o segundo indígena que morre. Não sei por que o pessoal está fazendo confusão. Não sei por que a vigilância no Vale do Javari. Morre índios em outros Dsei e ninguém fala nada”, afirmou. Conforme Sales, “todos os índios que pedem remoção” são atendidos pelo Dsei/Vale do Javari.



Saúde traça plano para prevenção de Aids na população indígena

SÍTIO AQUIACONTECE, 26.02.2013

A preocupação com a saúde indígena levou a Secretaria de Estado da Saúde (SES) a se reunir com a Secretaria de Saúde de Porto da Folha para realizar ações conjuntas para prevenção das DST/AIDS e hepatites virais na população Xocó, que vive no município.

Além da tribo indígena, a população quilombola e os índios que vivem no povoado Mocambo serão alvo das ações. Será proposta uma parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, que também possui tribos indígenas na região de fronteira com Sergipe. A equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF) do Ministério da Saúde, que assiste somente aos índios, será envolvida no plano. O primeiro passo será capacitar os profissionais das ESF de Porto da Folha e de Pão de Açúcar (AL), responsáveis por atender às populações alvo. Eles serão preparados para trabalhar a prevenção e realizar oficinas sobre DST/AIDS e hepatites.

De acordo com o gerente do programa DST/AIDS da SES, Almir Santana, a situação epidemiológica não é preocupante, porém trabalhos para identificação de possíveis casos, educação e inclusão dos indígenas nos serviços de saúde serão realizados. "Nós vamos ofertar o exame de DST/AIDS e de hepatites B e C. Se houver algum caso positivo, será encaminhado para os nossos serviços", explica o gerente.

Para a secretária adjunta de Saúde de Porto da Folha, Nadjia Maria Moraes Pereira dos Santos, a população indígena precisa de um trabalho voltado para ela. "Nós temos que nos preocupar com a saúde da população, principalmente as pessoas da aldeia que precisam de um trabalho específico e tem necessidades diferenciadas. Esse é um momento de soma para que possamos dar uma boa cobertura", afirmou.



Preso acusado de assaltar e estuprar estudante em Amambai

SÍTIO MIDIAMAX, 26.02.2013

Um indígena de 19 anos foi preso no final da tarde dessa segunda-feira (25) sob acusação de assaltar e estuprar uma estudante de 18 anos, em Amambai.

Segundo a Polícia Civil, o assalto e o estupro ocorreram quando a vítima, que também é indígena e moradora na Aldeia Amambai, havia saído da escola onde cursa o último ano do ensino médio e retornava para sua casa de bicicleta.

Ao se aproximar da entrada da reserva indígena onde reside, ela teria sido atacada por dois índios, que após roubarem sua bicicleta, seu telefone celular e a mochila escolar, a teria arrastado para um matagal e estuprado.

Após conseguir escapar das mãos dos agressores, a jovem correu até uma chácara situada nas imediações, onde pediu socorro.

Accionada, uma equipe da Polícia Militar passou a efetuar diligências e acabou localizando um dos supostos estupradores, o indígena Edson Martins, de 19 anos, segundo ele, residente na Aldeia Limão Verde, em Amambai.

De acordo com a Polícia Civil, completamente embriagado ou sob efeito de alguma outra substância entorpecente, Edson disse não se lembrar do que teria ocorrido, mas a vítima foi categórica, segundo a polícia, em reconhecê-lo como um de seus agressores.

Segundo o delegado responsável pelo caso, Dr. Marcius Geraldo Cordeiro, diante de todas as circunstâncias e do reconhecimento, por parte da vítima, Edson acabou autuado em flagrante pelos crimes de roubo qualificado e estupro. Ele permanece preso à disposição da Justiça.



A equipe de investigação vai trabalhar agora, segundo o delegado, no sentido de identificar e prender o outro indígena envolvido no ato criminoso.



Lideranças negras e indígenas participam do lançamento do Plano Estadual para as Mulheres

SÍTIO PANTANALNEWS, 26.02.2013

Campo Grande (MS) – O governo do Estado, por meio da Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania, realiza, na próxima sexta-feira (1º), o lançamento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. O evento acontece às 9 horas, no auditório da Governadoria, na Capital. Uma atividade que visa abrir a campanha em prol ao Dia Internacional da Mulher – celebrado em 8 de março.

Segundo a subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Elza Maria Verlangieri Loschi (Tai Loschi), a violência contra a mulher ainda é muito grande, principalmente com relação à mulher negra. “O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres vai nortear as diretrizes e as ações pertinentes a essa demanda. Então é importante que a comunidade da igualdade racial bem como das lideranças indígenas estejam presentes no evento, para somar conosco esse trabalho”, disse Tai Loschi ao afirmar que os índices de violência contra as mulheres ainda são altos no Estado.



“Mato Grosso do Sul tem doze delegacias especializadas de atendimento à mulher, nas cidades polos. Essas delegadas estarão conosco neste evento e também as organizadoras de políticas para as mulheres dos municípios das 21 cidades do interior do Estado”, informa Loschi. Segundo ela, o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres “demonstra a importância dada às demandas das mulheres e ao mesmo tempo sinaliza que ainda existem muitos trabalhos a serem feitos para garantir a cidadania das mulheres sul-mato-grossenses. Esse é o compromisso do governo do Estado”, afirma Tai, ao explicar que o plano foi construído através das conferências municipais, estadual e nacional.

CONT.



A coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Cppir/MS), Raimunda Lucia de Brito, informa que o convite para o lançamento do Plano está sendo feito para as lideranças negras de 21 municípios, onde estão localizadas as comunidades negras rurais quilombolas de Mato Grosso do Sul.

“Estamos entrando em contato com as prefeituras desses municípios para que enviem as lideranças negras para o evento. Porque é muito importante a participação das mulheres quilombolas no lançamento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, para o crescimento delas em todos os sentidos. O Plano vai dar a grande diretriz para o trabalho das mulheres no Estado, sejam elas negras ou brancas”, disse Raimunda.

De acordo com Raimunda Brito, os quilombolas do Estado estão atentos aos seus direitos. “Eles estão colocando suas problemáticas e fazendo suas reivindicações. Então é um prazer quando a gente vê o crescimento dessas comunidades no Estado. Esse crescimento vem através da participação das lideranças num evento como este”, comenta Brito, ao lembrar que um dos benefícios do governo do Estado em prol as comunidades negras foi quando em 2011 “o governador André Puccinelli zerou o déficit habitacional nas comunidades quilombolas, através do Projeto Casa Quilombola. Esse foi um grande evento. Agora nós precisamos avançar na área da educação”, informa Brito.

Plano Estadual

O Plano Estadual de Políticas para as mulheres é um guia que tem como objetivo orientar e nortear os gestores e a sociedade civil a pensar e executar políticas públicas para as mulheres. O Plano será desenvolvido em cinco eixos; o primeiro trata do enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher e a lei Maria da Penha; o segundo da autonomia econômica e equidade no mundo do trabalho com inclusão social, já o terceiro da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; o quarto trata da educação inclusiva, não sexista e cultural; o quinto e último fala sobre a participação e fortalecimento das mulheres no espaço de poder e decisão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 034 / 2013

Brasília, 27 de fevereiro de 2013.

Segundo Tai Loschi, a solenidade do lançamento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres conta com a presença dos demais representantes dos órgãos estaduais e municipais, além de lideranças negras e indígenas do Estado.



“Se núcleo indígena não funciona, escolas também não funcionam”, diz Associação SÍTIO AGORAMS, 26.02.2013

Uma reunião na última quinta-feira, dia 21, entre o Simted (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) e a Associação de Professores Indígenas de Dourados reafirmou a necessidade da continuidade do Núcleo que tratava de assuntos educacionais nas aldeias, com representantes de cada etnia na Semed (Secretaria Municipal de Educação).



Reuniões foram realizadas na aldeia e na sede do Sindicato

Estavam presentes a vice-presidente do Sindicato, Gleice Barbosa, o presidente da Associação e diretor da escola Lacui Roque Isnard, Izaque de Souza, diretor da Pai Chiquito – Panambizinho – e secretário de Educação da aldeia Jaguapirú, o terena Laucidio Ribeiro Flores, o professor terena Edio Valerio, do Simted, Cesar Fernandes, e o capitão Leomar Silva.

Segundo eles, o Núcleo é essencial para o bom funcionamento das ações e dava equilíbrio nas atividades dentro da aldeia no que se referia à educação. “Se o núcleo indígena não funciona, escolas também não funcionam, porque é ele que organiza as atividades”, afirma Izaque. Para a Associação, os indígenas ainda necessitam de um acompanhamento diferenciado devido a sua cultura. Tanto que as matrículas, por exemplo, são realizadas nas escolas e não na Central.

Durante a reunião, foram apresentadas demandas também referente às questões físicas e estruturais, como no caso da defasagem de profissionais, falta de salas de aulas e ainda das condições das estradas nas aldeias. De acordo com informações, em época de chuva as vias ficam intransitáveis, atrapalhando as aulas e, conseqüentemente, o rendimento escolar.

Uma assembleia será realizada na quinta-feira, dia 28, às 15h, na Escola Tengatui Marangatu, localizada na Aldeia Jaguapirú. Nesse mesmo encontro já serão escolhidos os membros do conselho, mesmo diante do fechamento do Núcleo. Antes disso, o Simted tem uma reunião com a prefeitura e levará as reivindicações dos indígenas.



Com cânticos Guajajara e Xacriabá teve início o segundo dia do Seminário das Comunidades Tradicionais

SÍTIO CIMI, 26.02.2013

Reunidos em Luziânia, no Centro de Formação Vicente Cañas, cerca de 120 representantes de comunidades tradicionais de todo o país, debatem as problemáticas enfrentadas, as histórias de resistência e as leis governamentais que regem a titulação de seus territórios tradicionalmente ocupados.

Após cânticos de indígenas Guajajara e Xacriabá, o segundo dia do Seminário: os territórios tradicionais e o estado brasileiro contou com a partilha das discussões realizadas pelos grupos de trabalho do dia anterior. Conflitos territoriais, ameaças e violências, são elementos comuns nas falas apresentadas no Seminário.

Entretanto, comum também é o desejo de fortalecimento da luta e das articulações. Em todos os depoimentos ficou clara a necessidade de unificação dos movimentos e organizações sociais, bem como o fortalecimento das parcerias, em prol do sucesso em suas reivindicações.

Segundo indígenas presentes no Seminário, os conflitos pelo território tem prejudicado, até mesmo, sua cultura e tradições. Quilombolas do Rio dos Macacos, na Bahia, denunciam a ação da Marinha e a violência contra a comunidade. Eles são proibidos, inclusive, de cultivar a terra. Os que resistem acabam apanhando. 360 famílias de fundo de pasto, da Bahia, tentam resistir à expulsão, mesmo em um cenário de omissão total por parte do governo.

Direito a terra e ao território

Durante o início da tarde de hoje, 26 de fevereiro, com a assessoria do advogado do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Adelar Cupsinski, o tema discutido foi sobre a Constituição Federal e os direitos das comunidades tradicionais. Entre eles, a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que discorre sobre povos indígenas e tribais.

De acordo com informações do advogado, a Constituição precisa ser analisada como um todo. Os direitos das comunidades já estão implícitos na Carta Magna, mas precisam ser melhor definidos. Entretanto, as comunidades garantem que pouco dos direitos assegurados pela Constituição são praticados. De acordo com o Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), dos 1.838 territórios quilombolas mapeados até o dia de hoje, somente 121 possuem título.

O Seminário acontece até o dia 28 de fevereiro.

Maiores informações:

Cristiane Passos (Assessoria de Comunicação da CPT) – (62) 8111-2890



Mulher indígena sofre aborto na calçada do Hospital de Sena

SÍTIO ORIOBRANCO, 26.02.2013

A poça de sangue na entrada do hospital João Cândio Fernandes marca o local exato de um descaso com a vida humana, ocorrido nesta segunda-feira à noite em Sena Madureira, no interior do Estado do Acre.

Uma índia emancipada que mora no bairro da pista teria entrado em trabalho de parto e acabou sofrendo um aborto enfrente ao único hospital da cidade enquanto aguardava por atendimento.

O fato revoltou outras pessoas que também esperavam para ser atendidas nos corredores do hospital. "A pobre mulher chegou aqui se queixando de contrações abdominais e permaneceu por mais de uma hora do lado de fora do hospital esperando por atendimento." Lamentou uma testemunha.

O feto já sem vida teria sido recolhido por funcionários do hospital minutos antes da chegada da equipe do portal AC-Purus, já a mulher teria sido encaminhada para o setor de maternidade para cuidados médicos depois do sofrimento que passou em plena via pública.

Segundo os usuários do sistema único de saúde de Sena Madureira a demora no atendimento no Hospital da cidade ocorre devido ao pouco número de profissionais médicos nos plantões diários.

Para dificultar, ainda mais a situação no setor de emergência do hospital, a equipe de plantão é obrigada por lei a suspender qualquer tipo de atendimento ao público quando chega um detento da unidade de recuperação social.

"No momento em que a índia abortou ali sozinha a frente do hospital, o médico e os enfermeiros estavam atendendo um preso conduzido pelos guardas da penal." Disse um senhor que na hora também aguardava por atendimento.

Devido ao horário do fato a reportagem do portal AC-PURUS não conseguiu falar com a direção do hospital, mas fez questão de comunicar à recepção que o espaço, nessa mesma página, está aberto para qualquer esclarecimento da direção.



Ministra: punição exemplar para assassinato de índio de 15 anos

SÍTIO AQUIDAUANANEWS, 26.02.2013

A Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, visitou no final da tarde de ontem, segunda-feira (25) o governador André Puccinelli (PMDB) para conversar sobre a morte do indígena Denilson Barbosa, 15 anos, morto em Caarapó por um fazendeiro no dia 17 deste mês.

Durante a entrevista coletiva, a ministra afirmou que não haverá impunidade, e que o caso deve servir como exemplo para não acontecer mais. Além disso, ela explicou que o acordo não tem que contemplar todos. "Não se trata de fazer um acordo entre nós – se referindo a ela e André – e esquecer os mais necessitados".

Maria do Rosário afirmou que está trabalhando junto ao governo para garantir punição no caso, que é especial, no sentido de garantir segurança e que as comunidades indígenas tenham direito à vida digna.

Ela também comentou sobre as ameaças que as testemunhas do crime, dois indígenas que estavam junto com Denilson e presenciaram ele sendo capturado, apanhar de pistoleiros e depois ser morto com disparos na cabeça. Antes do crime, eles eram perseguidos e na fuga, a vítima ficou presa a uma cerca, sendo alcançada.

"O governo federal e o estadual, e o MPF (Ministério Público Federal), têm programas de proteção a vítimas e testemunhas. Queremos ir à fonte da ameaça. Quem matou não poderia matar e quem ameaçou tem que parar, levando a responsabilidade a quem está ameaçando", declarou a ministra, que acrescentou. "Para isso temos o inquérito, um delegado destinado a esses casos, o apoio da Força Nacional, PRF (Polícia Rodoviária Federal) e PF (Polícia Federal)".

Quanto a questão de policiamento nas aldeias, que são de responsabilidade da União, a ministra afirmou que desde 2008 existe uma proposta do Governo do Estado para fazer esse policiamento, havendo apoio federal para isso, mas que a execução dessa política de segurança ainda está sendo buscada.

"A questão fundiária aqui é bem complexa e só podemos trabalhar construindo consenso, de forma harmoniosa e pacífica. O Governo Federal, o Estadual e a bancada parlamentar em Brasília estão buscando uma forma de trabalhar essa questão", finalizou Maria do Rosário.

Governador - O governador André Puccinelli confirmou que o Estado tenta desde 2008 uma parceria com o Governo Federal, e que as duas esferas administrativas sempre tiveram um consoante no que fazer.

Entretanto, Puccinelli criticou as dificuldades que houve nas ações com o Ministério da Justiça, e que não houve continuidade por parte do MPF nas conversas. O governador também afirmou que acredita que com após conversar com a ministra, algo novo acontecerá.

CONT.



“Fizemos compromisso em ter rigor nas investigações nesse e em outros casos. O que queremos é a preservação da vida. Espero não ter divisões no futuro que essa é parte do Governo Federal, aquela é do Estadual”, comentou André.

Além disso, Puccinelli voltou a relatar problemas com o custeio operacional durante os seis meses em que a Polícia Federal ficou no Estado por causa das questões fundiárias envolvendo indígenas.

Conforme o governador, foram usados policiais e viaturas do Estado em apoio. “Depois de seis meses, negaram míseros litros de combustíveis prometidos”, reclamou Puccinelli.